



Câmara Municipal de Carmo da Mata

Projeto de Lei nº 1.790/2023

Dispõe sobre a obrigatoriedade do controle de agendamentos na Secretaria Municipal de Saúde mediante utilização de sistema eletrônico de registro de protocolo e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Carmo da Mata, Estado de Minas Gerais, nos termos do que dispõe o art. 75, art. 131 e seguintes da Lei Orgânica do Município, art. 196 e seguintes, da Constituição da República, e art. 7º, inciso IV, da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 2003, decreta:

Art. 1º - Fica instituída a obrigatoriedade do controle dos agendamentos realizados na Secretaria Municipal de Saúde mediante a utilização de sistema eletrônico de registro de protocolo.

Art. 2º - Todos os procedimentos médicos, especialmente os de média e alta complexidade, agendados pela Secretaria Municipal de Saúde, incluindo-se consultas, procedimentos clínicos e hospitalares e exames, deverão ter controle eletrônico através de sistema próprio, na forma da presente lei.

Parágrafo único. Consideram-se procedimentos de média e alta complexidade todos aqueles assim definidos pelos órgãos de saúde pública, incluindo-se, entre outros:

- I - consultas com especialistas não disponíveis no Município;
- II - cirurgias eletivas e de urgência;
- III - Tratamento Fora do Domicílio (TFD);
- IV - exames de Tomografia Computadorizada, Densitometria Óssea, Ultrassonografia, Endoscopia Digestiva, Colonoscopia e Ressonância Magnética;

Art. 3º - O sistema eletrônico de protocolo a que se refere esta Lei deverá ser alimentado com as seguintes informações:

- I - nome completo do paciente;
- II - número do CPF e do Cartão do SUS;
- III - data e hora do registro;
- IV - nome e inscrição profissional do solicitante;
- V - nome do servidor que incluiu a solicitação;
- VI - descrição detalhada do procedimento solicitado.

Art. 4º - Todo encaminhamento de procedimento médico recebido pela Secretaria Municipal de Saúde deverá gerar, após seu cadastro no sistema, um número de protocolo, com



Câmara Municipal de Carmo da Mata

data, hora de emissão, e o funcionário responsável pelo agendamento cujo comprovante será entregue no ato ao paciente.

Art. 5º - O Poder Público disponibilizará, no portal eletrônico oficial da Prefeitura, link específico para consulta de protocolos de agendamento, do qual constará um campo para a pesquisa.

§1º - Ao ingressar com o número do protocolo e o nome completo da pessoa a quem se refere, deverão ser apresentadas as informações listadas no art. 3º, além da informação se o procedimento aguarda agendamento, aguarda atendimento ou já fora realizado;

§2º - Caso o procedimento já tenha sido agendado, deverá constar informação sobre a data, hora e local.

§3º - Deverá ser fornecido no portal eletrônico da Prefeitura, relação de todos os protocolos emitidos no período anterior de um ano, com a descrição do procedimento e a atual movimentação da solicitação, preservadas as informações pessoais na forma da Lei Federal nº 13.709, de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados.

§4º - O sistema deverá ser atualizado em tempo real.

§5º - A relação do §3º poderá ser disponibilizada de forma física a qualquer cidadão que a requeira na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 2011 – Lei de Acesso à Informação.

Art. 6º - Os registros de protocolo deverão observar ordem cronológica e os respectivos agendamento respeitarão a ordem numérica de protocolo, salvo situações de urgência e emergência, quando constará da informação de agendamento a devida justificativa.

Art. 7º - Serão consideradas faltas graves os seguintes atos praticados pelo servidor público:

I - deixar de incluir encaminhamento médico no sistema;

II - cadastrar informações falsas de que saiba não veracidade;

III - deixar de atualizar e alimentar o sistema na mesma data da movimentação, salvo motivo de caso fortuito ou força maior;

IV - alterar a ordem dos protocolos;

V - agir de maneira a favorecer determinado paciente em detrimento de outro, especialmente violando a ordem cronológica de protocolo e agendamento sem motivo devidamente justificado por escrito.

§1º - O servidor público que cometer falta grave definida nesta lei estará sujeito a abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar, na forma do Estatuto do Servidor e da legislação municipal correlata.

§2º - O servidor ou autoridade que tomar conhecimento acerca do cometimento da falta grave prevista no inciso V, deverá comunicar imediatamente à autoridade competente, sob pena de incorrer nas mesmas sanções.



Câmara Municipal de Carmo da Mata

§3º - O Prefeito Municipal e/ou o Secretário Municipal de Saúde que tomarem conhecimento de falta grave cometida por servidor nos termos desta lei e que se enquadre como ato de improbidade administrativa ou crime, conforme legislação federal, deverá comunicar o fato imediatamente às autoridades competentes, incluindo-se o Ministério Público Estadual.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Matheus Chagas Nascimento
Vereador



Câmara Municipal de Carmo da Mata

JUSTIFICATIVA

A implementação de tal sistema se faz necessária para o atendimento do princípio da transparência dos atos públicos, bem como de forma a organizar, adequar e tornar mais eficientes os agendamentos, que hoje são realizados no Paço Municipal, de forma manual, sem qualquer controle rígido e sem o acompanhamento por parte do paciente.

É notório, em grande parte dos Municípios do país, o tráfico de influência praticado por agentes públicos, como prefeitos, vices e secretários municipais, e até mesmo vereadores, no agendamento de procedimentos, consultas e exames médicos, laboratoriais e, especialmente, de imagem, de forma a favorecer eleitores e pessoas apadrinhadas, em detrimento de cidadãos comuns que aguardam muitas vezes meses para a realização de exames como Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética.

Sem um sistema eletrônico de cadastramento e que gere um protocolo, o “lobby político” torna-se facilitado, se verificando pessoas sendo passadas na frente de outras na fila para a realização de exames.

Com o protocolo em mãos, o paciente poderá acompanhar seu agendamento, bem como fiscalizar a fila de espera, sendo, portanto, o que se requer através da presente proposição, além de modernizar os serviços ofertados pelo município.

Diante do exposto, o Vereador que abaixo subscreve fica no aguardo do apoio e aprovação desta matéria por parte dos demais Vereadores desta Casa de Leis, o que muito contribuirá com toda a comunidade carmense.

Matheus Chagas Nascimento
Vereador